

Folha de S. Paulo

16/02/2003

ECONOMIA

Fraude envolve usineiros, distribuidoras e donos de postos, de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda

'Máfia do álcool' sonega R\$ 250 mi em SP

Rogério Pagnan

Da Folha Ribeirão

Um esquema de sonegação de impostos que envolve usineiros, distribuidoras de combustível e donos de postos de gasolina causa um prejuízo anual de cerca de R\$ 100 milhões para a região de Ribeirão Preto, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado.

Esse valor representa 40% de todo o imposto sonegado na comercialização do álcool hidratado no Estado — cerca de R\$ 250 milhões —, segundo Eriberto Rangel, diretor-adjunto da Diretoria Executiva da Administração Tributária, órgão do governo paulista. Responsável por 20% da produção nacional sucroalcooleira, a região é a principal produtora do setor em São Paulo.

O cálculo é simples. São produzidos anualmente no Estado 3,1 bilhão de litros de álcool hidratado, mas apenas 2 bilhões aparecem declarados para a Secretaria da Fazenda. Essa diferença representa a perda de R\$ 250 milhões. Rangel fez duras críticas ao que ele chamou de "máfia do álcool". "O setor é permeado por verdadeiras quadrilhas. Há um conluio dos diversos Órgãos da cadeia. A usina se acerta com a distribuidora, que se acena com a transportadora, que tem a convivência do posto. É uma coisa estruturada." Essa sonegação — segundo os próprios usineiros, distribuidoras e donos de postos — ocorreria basicamente de duas formas.

Uma delas seria a sonegação interestadual. As distribuidoras, com convivência ou não das usinas, compram o álcool como se fossem vendê-lo no Rio de Janeiro ou na Bahia. Nesses Estados, a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é de 12% e 7%, respectivamente, bem menor que em São Paulo, onde o índice é de 25%.

Ocorre que, segundo esses órgãos, o combustível não deixa o Estado e é vendido normalmente nos postos de São Paulo — na Capital ou no interior. Com isso, o preço do álcool custa para a distribuidora R\$ 0,96 (com alíquota baiana) enquanto que o correto seria R\$ 1,12.

A outra forma de sonegação ocorre na transformação do álcool anidro — comercializado a R\$ 1 — em hidratado, operação chamada de "molhar o álcool". A distribuidora compra o álcool anidro, que não paga imposto porque será misturado à gasolina, e adiciona água a ele — transformando-o em hidratado.

Para o diretor de Defesa da Concorrência do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes), Alísio Vaz, a sonegação do setor chega a R\$ 1,5 bilhão em todo o país. Segundo ele, os dados de 2001 apontam que dos 5,4 bilhões de litros de álcool produzidos pelas usinas no Brasil apenas 3,3 bilhões apareceram declarados.

"O álcool é a grande vergonha nacional do mercado de combustíveis." Para o setor e para a própria Fazenda, a carga tributária colocada hoje sobre o álcool acaba fomentando os esquemas de sonegação de impostos.

Atualmente o álcool que é vendido pela usina a R\$ 0,90 agrega só de impostos — ICMS, PIS e Confins — R\$ 0,63 por litro. Esse valor recebe ainda a margem de lucro do posto e da distribuidora.

"Existem postos que vendem o álcool abaixo do preço de custo. Não tem outra explicação a não ser a sonegação", afirmou a presidente da Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo) de Ribeirão Preto, Maria Helena Ferreira Santos.

Segundo os canavieiros, não pode ser descartada a possibilidade da participação de usinas nesse esquema ilegal de sonegação, mas a maioria das empresas trabalha legalmente. Para eles, é impossível as usinas fiscalizarem o destino dos caminhões que transportam seus produtos. Segundo o diretor-adjunto da Fazenda, o projeto de lei do governo no Estado — que reduz de 25% para 12% a alíquota do ICMS para álcool hidratado — está tramitando na Assembléia Legislativa e deve ser votado ainda neste ano. "Esperamos que isso ocorra ainda no primeiro semestre."

"Baixando a alíquota do ICMS, a sonegação será desestimulada", disse o economista da Unica (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo) Antonio de Pádua Rodrigues.

(Folha Campinas)